

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: EFETIVIDADE OU DESPERDÍCIO DE INVESTIMENTO?

Alessandra Garrot Vilanova
Sheila Kocourek
Luciana Flores Battistella
Fabio Jardel Gaviraghi

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo analisar a efetividade do Programa Criança Feliz (PCF). Para tanto, balizou-se em uma revisão sistemática sobre o PCF, bem como, nos resultados obtidos do projeto de pesquisa “Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância” com o foco na percepção dos usuários. Dessa forma, os resultados demonstraram que de fato quem acessa ao Programa Criança Feliz (PCF) são as famílias que se encontram em vulnerabilidade social, bem como, demonstraram que as ações do PCF estão em conformidade com os objetivos estabelecidos no decreto nº 8.869/2016. Entretanto, se faz necessário a capacitação dos profissionais que realizam as visitas domiciliares para práticas com um maior impacto social.

Palavras-chave: Programa Criança Feliz; Política Pública; Infância

QUALITATIVE EVALUATION OF THE HAPPY CHILD PROGRAM: EFFECTIVENESS OR WASTED INVESTMENT?

Abstract: This study aimed to analyze the effectiveness of the Happy Child Program (PCF). To do so, it was based on a systematic review of the PCF, as well as on the results obtained from the research project “Qualitative evaluation of the perception of the results of the Happy Child Program with its beneficiaries and agents: analysis of the Public Policy of Attention to the First Childhood” with a focus on the perception of users. In this way, the results showed that, in fact, those who access the Happy Child Program (PCF) are the families that are in social vulnerability, as well as demonstrating that the PCF's actions are in accordance with the objectives established in decree nº 8.869/2016. However, it is necessary to train the professionals who carry out the home visits for practices with a greater social impact.

Keywords: Happy Child Program; Public policy; Infancy

1. INTRODUÇÃO

O Programa Criança Feliz foi criado pela Lei nº 13.257 em 2016, e pauta-se na promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância (idade de zero a seis anos), bem como de gestantes. Apesar de ser um programa transversal a todas as

áreas, pertence prioritariamente à Assistência Social, dessa forma, conforme a Lei nº 8.742 de 1993 que regulamenta a Assistência Social, é obrigatório o acompanhamento, a avaliação e o monitoramento de políticas e programas. Por isso, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a efetividade do Programa Criança Feliz (PCF).

De acordo com Tenório (2011), a efetividade é a capacidade de atender as expectativas e as demandas da sociedade. Dessa forma, pretende-se analisar se o Programa Criança Feliz supre as demandas de seus beneficiários, levando em consideração o número de famílias que acessam, a capacidade do Programa em atendê-las e se estão satisfeitas com o Programa de modo geral.

Para além disso, conforme Cunha (2018, p.28), a avaliação de políticas públicas é "um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo", ou seja, auxilia no alcance dos melhores resultados, visto que pretende-se proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos, assim como, fornecer dados importantes para que as políticas e a gestão pública sejam mais eficientes (COSTA, CASTANHAR, 2003, p. 2).

Para tanto, o estudo está organizado em 4 seções. O primeiro sendo a Introdução, a segunda abordando a metodologia utilizada. A terceira seção transcorre a respeito das normativas e funções do Programa Criança Feliz (PCF), a quarta seção traz a análise dos resultados obtidos no Projeto de Pesquisa "Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância" com foco na percepção dos usuários do Programa. Como forma de organização da análise dos dados, dividiu-se em 4 subcapítulos, cada um abordando os blocos referentes às entrevistas realizadas com as beneficiárias do PCF, e em seguida, a quinta seção com as considerações finais a respeito do trabalho.

2. O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF), NORMATIVAS E FUNÇÕES

O Programa Criança Feliz (PCF) regulamentado pela Lei nº 13.257 em 2016, conta com a coordenação do Ministério da Cidadania, por intermédio da Secretaria

Especial do Desenvolvimento Social, mas ocorre de maneira intersetorial, agregando ações nas áreas da saúde, educação, assistência social, cultura, justiça e direitos humanos no cotidiano das famílias beneficiárias. No SUAS está vinculado aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades que efetuam a gestão territorial da Proteção Social Básica (PSB) (BRASIL, 2020).

Um dos critérios de inclusão é que os beneficiários devem participar do Programa Bolsa Família, o qual é um programa de transferência direta e indireta de renda destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Outro critério de inclusão, é que os participantes do PCF devem ser beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), instituído pela Lei nº 8.742/1993, direito que confere um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022).

Dessa forma, a identificação das famílias que atendem aos requisitos exigidos pelo Programa ocorre por meio da busca ativa com um planejamento em conjunto da equipe do PCF e da Proteção Social Básica e Especial (Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Essa ferramenta contribui para mapear previamente quem são as famílias, e quais podem se beneficiar efetivamente da metodologia ofertada pelo Programa (BRASIL, 2017).

O Programa pauta-se não só na criança, mas também na família, visto que ela é o principal contato da criança com o mundo externo, por traduzirem para a criança emoções, sentimentos, e orientações de como viver em sociedade. Por isso, é essencial que o vínculo entre a criança e os seus familiares seja fortalecido, para que se tenha um desenvolvimento integral (FERNANDES, 2020).

Dessa forma, o desenvolvimento infantil deve englobar a família, compreendendo as necessidades de cada uma, de modo a viabilizar acessos, reduzir tensões e estresse decorrentes de suas próprias condições de vida, para que se possa potencializar a construção de vínculos afetivos e de um ambiente acolhedor à criança. Contudo, a atenção e o cuidado no desenvolvimento da criança iniciam-se anteriormente ao nascimento, haja vista a prudência e preparação da gestante para o nascimento do bebê. Neste aspecto, as intervenções realizadas pelo visitador durante as visitas domiciliares do PCF servem como eixo mediador buscando o desenvolvimento humano (FERNANDES, 2020).

A partir do apoio e acompanhamento longitudinal dos profissionais chamados de “visitadores” por meio das visitas domiciliares, visa-se impactos no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários em relação aos cuidados da criança, diminuindo o “peso” da responsabilidade da mãe como cuidadora principal e única, abrindo espaço para construção da parentalidade. Além disso, as visitas domiciliares norteiam-se no referencial teórico de *Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC): Manual de orientações às famílias*, e seguem a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social CNAS nº 09 de 15 de abril de 2014.

A periodicidade das visitas é conforme o grau de necessidade de cada família, podendo ser semanais, quinzenais ou mensais. Dessa forma, a periodicidade das visitas domiciliares são definidas no primeiro encontro do (a) visitante (a) com a família, conforme a disponibilidade dos beneficiários para que não prejudique o cotidiano dos mesmos (BRASIL, 2016).

As visitas domiciliares auxiliam na prevenção de situações de negligência e violência, com vistas a melhoria do desenvolvimento psicomotor e cognitivo infantil, de maneira a considerar o contexto no qual as famílias beneficiárias estão inseridas. Em linhas gerais, os objetivos das visitas domiciliares são dar apoio e atenção às famílias, e para isso, ao invés de realizar a atividade diretamente com a criança, o programa defende que os responsáveis pelos cuidados com a criança sejam orientados e encorajados a interagir e desenvolver as atividades junto às crianças (BRASIL, 2017).

Os objetivos do Programa Criança Feliz, estão no quadro abaixo, conforme o Art. 3º do Decreto nº 8.869/2016.

Quadro 1: Objetivos do Programa Criança Feliz, Decreto nº 8.869/2016

Objetivo 1	Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
Objetivo 2	Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;
Objetivo 3	Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;

Objetivo 4	Mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem;
Objetivo 5	Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias

Fonte: Brasil, Decreto nº 8.869/2016

Sendo assim, o PCF funda-se como um reforço para identificação de demandas e encaminhamentos de modo precoce, por articular serviços e intensificar a intersetorialidade por meio da corresponsabilização dos casos, proporcionando o desenvolvimento integral do ser humano, facilitando o acesso a serviços e políticas públicas.

Em vista disso, conforme Souza (2006), as políticas públicas situam diversas unidades, que se desdobram em planos, projetos, base de dados/ sistema de informação e pesquisa, mas principalmente em programas, nos quais são submetidos a sistemas de acompanhamento e avaliação. Por isso, é tão importante avaliar a efetividade de programas, de acordo com Boschetti (2009), para apontar em que medida as políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade. Dessa forma, propõem-se a analisar a efetividade do Programa Criança Feliz.

3. METODOLOGIA

O presente estudo baliza-se em dados secundários, com uma revisão sistemática sobre o PCF. Além disso, propõem-se a analisar os resultados obtidos pelo projeto de pesquisa “Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância” com o foco na percepção dos usuários. O projeto ocorreu no ano de 2020 com duração de 2 (dois) anos, e contou com o financiamento do Ministério da Cidadania e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O projeto tinha como objetivo avaliar de maneira qualitativa a percepção dos resultados do Programa Criança Feliz junto a famílias beneficiárias e agentes do programa

denominados visitantes, por meio de entrevistas que ocorreram em 05 (cinco) municípios do Rio Grande do Sul com 23 visitadoras (todas do sexo feminino) e 78 beneficiárias (todas do sexo feminino). Contudo, cabe salientar que pretende-se mostrar os resultados obtidos somente com as beneficiárias do Programa e suas percepções a respeito do PCF.

Deste modo, as entrevistas com as beneficiárias, selecionadas aleatoriamente, a partir da listagem obtida junto às coordenações do Programa Criança Feliz em cada município e/ou com as visitadoras, ocorreram de forma presencial e por videoconferência, visto que a pesquisa foi realizada no ano de 2020, durante a pandemia do COVID-19. O tempo médio de duração de cada entrevista foi de 1 hora e foram gravadas com autorização prévia, e posteriormente, transcritas no Microsoft Word para codificação e análise acerca da percepção das beneficiárias com relação ao desempenho do Programa.

A entrevista buscou avaliar a qualidade dos serviços prestados, a satisfação dos beneficiários e o desempenho geral dos visitantes, através de 4 blocos, que abordaram: o perfil dos beneficiários (Bloco 1); qualidade dos serviços prestados (Bloco 2) que contou com 6 dimensões; Satisfação e Resultado (Bloco 3) com duas dimensões; e Adesão (Bloco 4) com duas dimensões.

Durante a entrevista, ao final de cada dimensão, os beneficiários eram convidadas a atribuir uma nota a dimensão, conforme a escala pictorial ou escala de expressões faciais baseada na escala dos autores Parasuraman, Zeithaml, Berry (1988). Essa escala vai de totalmente insatisfeito a totalmente satisfeito, equivalente a uma escala Likert de três pontos, no qual fins de análises estatísticas, se atribui 1 ponto a totalmente insatisfeito; 2 pontos a indiferente; e 3 pontos para respostas totalmente satisfeito.

Após a transcrição das entrevistas foi utilizado a metodologia de Análise de Conteúdo que Bardin (1977, p. 42) define como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977,p.42).

Dessa forma, conforme Bardin (1977) a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, e possuem alguns critérios de organização, como: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

Na fase de tratamento e interpretação dos dados, o pesquisador precisa retornar ao referencial teórico, procurando embasar as análises dando sentido à interpretação, de maneira a buscar o que está escondido por trás dos significados das palavras para apresentarem o discurso dos enunciados (BARDIN, 1977). Com isso, a apresentação dos resultados das entrevistas do Projeto de Pesquisa com as beneficiárias segue o protocolo, de acordo com o quadro 7, em que “Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos” (BARDIN, 1977, p. 101) fazendo uma interlocução com estudos pertinentes a temática para analisar a efetividade do Programa Criança Feliz (TENÓRIO, 2011).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação dos resultados das entrevistas com os beneficiários é conforme os blocos que compõem o questionário.

4.1 Bloco 1, Perfil dos Beneficiários

Destaca-se a importância de analisar o perfil das famílias beneficiárias, visto que para acessar o Programa precisa ser beneficiário do Programa Bolsa Família e/ou do BPC, em vista que o PCF é destinado às famílias que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, o Programa prevê ações destinadas à essas famílias, uma vez que o manejo e as adaptações necessárias com a chegada de uma criança podem ser ainda mais desafiadores para famílias em situação de vulnerabilidade social, que enfrentam a desigualdade de acesso a serviços, direitos, informações e outros recursos das políticas públicas que atuam no suporte e apoio ao exercício de sua função protetiva e na promoção do desenvolvimento infantil. Com isso, o nascimento e a provisão de cuidados à criança para as famílias em situação de vulnerabilidade podem ser ainda mais

complexos e desafiadores, exigindo suportes e apoios por parte da política de Assistência Social, articulada a outras políticas (FERNANDES, 2020).

Dessa forma, o Bloco 1 mostrou que a grande maioria das entrevistadas, (54 famílias representando 60% dos entrevistados) são beneficiárias do Bolsa Família, sendo sua principal fonte de renda.

Em relação à faixa etária, são mulheres na maioria entre 26 e 30 anos (36% do total), com escolaridade baixa, com Ensino Fundamental Incompleto (31 beneficiárias, 40% do total) e possuem como profissão donas de casa, 47 beneficiárias. Sendo grande parte das entrevistadas, mães das crianças que participavam do Programa Criança Feliz (75 beneficiárias, 96% do total).

No que se relaciona a residência, há em média 4 pessoas morando por domicílio e na maioria há somente uma pessoa que trabalha (42 residências, 54% das famílias).

Sobre a maneira como tomaram conhecimento e ingressaram no Programa Criança Feliz, a grande maioria, cerca de 80%, informou que a visitadora foi até sua casa para apresentar o Programa e convidá-la para fazer parte dele. Em relação ao motivo que as levaram a entrar no Programa Criança Feliz, todas foram unânimes em afirmar que o principal motivo foi a ajuda no desenvolvimento da criança. E, em relação ao tempo que as beneficiárias entrevistadas fazem parte do Programa Criança Feliz, um número expressivo de famílias estava há pelo menos 1 ano participando do Programa, demonstrando que as famílias já conheciam há um bom tempo o PCF e por isso tinham propriedade para avaliarem.

Portanto, os resultados do Bloco 1 demonstram que de fato quem acessa ao Programa Criança Feliz (PCF) são as famílias que se encontram em vulnerabilidade social¹. No que se relaciona ao conhecimento sobre o Programa, a grande maioria

¹ refere-se a falta de recursos materiais e imateriais para enfrentar os riscos para o desenvolvimento social e econômico, entre os fatores de risco, encontra-se o baixo nível socioeconômico, baixa remuneração parental, baixa escolaridade, família numerosas, entre outros (JANCZURA, 2012)

respondeu que a visitadora foi até a casa, demonstrando a efetivação da busca ativa realizada pelos CRAS em conjunto com as equipes do PCF.

4.2 Bloco 2, Avaliação da Qualidade do Programa Criança Feliz

O bloco 2 está composto pelas dimensões tangibilidade (materiais lúdicos e informativos), confiança, presteza, segurança e empatia, como pode-se observar no quadro

Quadro 2: Dimensões e temas do Bloco 2

Dimensão	Tema
Tangibilidade dos Materiais Lúdicos	Oferta Condições Utilidade
Tangibilidade dos Materiais Informativos	Oferta Condições Utilidade
Confiança	Cumprimento dos horários Duração da visita Confiança no visitador
Presteza	Conhecimento dos motivos de cada visita Fornecimento de explicações Encaminhamentos
Segurança	Informações corretas Auxílio no desenvolvimento da criança Orientações do visitador
Empatia	Atenção necessária Interesse no desenvolvimento da criança

No que se refere aos Materiais Lúdicos pode-se afirmar que as beneficiárias estão satisfeitas com a oferta, condição e a utilidade, pois em seus relatos utilizaram adjetivos como: perfeito estado, muito bons, perfeitos, bonitinhos, ajeitadinhos, novos. O mesmo se deu, na dimensão Materiais Informativos, apesar da oferta não ser padronizada entre os municípios.

A oferta de materiais lúdicos é de grande importância para o desenvolvimento das atividades do PCF e tem como norteamento as diretrizes da Base Nacional Comum

Curricular para a Educação Infantil, por meio de práticas pedagógicas cotidianas. Conforme as diretrizes, a educação infantil deve ter como objetivo garantir à criança o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens. Dessa forma, o brincar e a brincadeira são constitutivos da infância, sendo um alicerce do seu desenvolvimento e que possibilita a investigação e a aprendizagem sobre as pessoas e o mundo, visto que é através da brincadeira que a criança aprende a respeitar regras, a ampliar o seu relacionamento social, a respeitar a si mesmo e ao outro, e a expressar-se com maior facilidade exercendo sua liderança.

Além dos materiais lúdicos, os materiais informativos para as famílias são de suma importância neste processo, visto que proporcionam o acesso a informação sobre bens e serviços, além de possibilitar educação em saúde, visto que referem-se principalmente sobre a gestação estimulando a realização do pré-natal quem tem papel fundamental na prevenção e/ou detecção precoce de patologias tanto maternas como fetais, permitindo um desenvolvimento saudável do bebê e reduzindo os riscos da gestante. Ademais, os materiais informativos pautam-se em temas sobre o desenvolvimento da criança, vacinação, campanhas de saúde como: HIV/AIDS, coronavírus, Combate ao Mosquito *Aedes Aegypti*, entre outros que contribuem para o acesso de informação e educação em saúde (BRASIL, 2017).

Dessa forma, os materiais lúdicos e informativos de orientação são importantes para o desenvolvimento das crianças e familiares, pois além de trazerem os benefícios já mencionados, acabam proporcionando a melhoria do vínculo entre os integrantes da família, visto que várias atividades são desempenhadas entre a criança e a família, proporcionando a construção da parentalidade. Por isso, se torna pertinente a avaliação dos materiais, uma vez que precisam ser ofertados e com qualidade para que contribua para os objetivos e princípios do PCF.

E para que as atividades sejam desempenhadas com as crianças e gestantes, de forma a identificar falhas no desenvolvimento, bem como, contribuindo para a construção no exercício da parentalidade, precisa-se produzir confiança entre a visitadora e a família,

visando o acompanhamento longitudinal e a concretização dos objetivos do PCF. Sendo assim, foi analisada a dimensão Confiança na Visitadora, que por meio dos resultados evidenciou-se que as beneficiárias estão satisfeitas com cumprimento dos horários, duração das visitas, e confiam nas profissionais.

Para além disso, o PCF acessa famílias que muitas vezes o CRAS e o CREAS não conseguem acessar, entre os fatores está a sobrecarga dos(as) profissionais, muitas demandas e pouco recursos humanos e financeiros, etc. Com isso, é necessário a avaliação da dimensão Presteza, que demonstrou que as famílias possuem bom grau de conhecimento sobre os motivos das visitas domiciliares, bem como, estão satisfeitas com o fornecimento de explicações e encaminhamentos para a rede de serviços feitos pelas visitadoras. Demonstrando a efetividade do PCF no quesito de proporcionar acesso à informação e o trabalho em rede com os serviços da comunidade, que também pode ser vislumbrado nos resultados da avaliação do PCF realizada por Santos et al. (2022) que constataram que o grupo de intervenção do PCF apresentou uma maior cobertura vacinal, impactando em outras áreas, como a identificação e notificação de violência doméstica e outras múltiplas vulnerabilidades, assim como, no fortalecimento da intersetorialidade e a conexão das famílias com os serviços públicos.

Além das dimensões Confiança e Presteza, as famílias precisam ter Segurança com as informações passadas e o trabalho desempenhado pelas visitadoras, para que as atividades tenham resultados positivos, por isso, avaliou-se a Dimensão Segurança, a qual foi possível constatar que as beneficiárias acreditam nas informações passadas pelas visitadoras e afirmam estarem corretas. Outrossim, pode-se afirmar que estão satisfeitas com o auxílio no desenvolvimento da criança e orientações da visitadora.

Ademais, as famílias necessitam se sentirem acolhidas, que pode ser mensurada pela atenção que recebem e o interesse que a profissional demonstra na família. Por isso, para finalizar o bloco, a dimensão Empatia por meio de seus resultados mostrou que as beneficiárias estão satisfeitas com a atenção recebida e o interesse da visitadora no desenvolvimento da criança. Assim pode-se afirmar que de maneira geral, as beneficiárias

estão contentes com a atenção recebida e acreditam no real interesse das visitadoras com seus filhos e filhas.

Portanto, os resultados demonstram que o PCF cumpriu com seus objetivos, em todas as dimensões cumpriu-se com o objetivo de promoção do “desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância” bem como, o de “apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais”, por meio dos kits de maternidade e nas informações sobre a gestação, parto, entre outras. Além disso, como pode-se observar na dimensão Presteza, as visitadoras possibilitaram informações e encaminhamentos para a rede de serviços, em conformidade com o objetivo do Programa de “Mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem” (BRASIL, 2016).

4.3 Bloco 3, Satisfação com o Programa Criança Feliz

Neste bloco de resultados são apresentadas as dimensões de satisfação com o programa (3 temas) e resultados do programa (2 temas).

Quadro 3: Dimensões e variáveis do Bloco 3

Dimensão	Tema
Satisfação com o Programa Criança Feliz	Pontos positivos Pontos negativos Aspectos a melhorar
Resultado do Programa Criança Feliz	Mudanças na criança ou gestante Mudanças na família Mudanças na comunidade

Pode-se afirmar, por meio dos resultados obtidos, que tanto as beneficiárias mães quanto as gestantes estão satisfeitas com o resultado do PCF, e perceberam mudanças significativas na criança e na gestação.

Dentre os pontos positivos foram elencados a atenção e carinho que as crianças recebem durante as visitas, e o auxílio que as mães recebem por parte das visitadoras, demonstrando que o PCF cumpre com seu objetivo de promover o desenvolvimento humanos por meio do acompanhamento, e na mediação do acesso da família a políticas e serviços públicos de que necessitem.

Com relação aos pontos negativos, as beneficiárias pontuaram o que precisa ser melhorado no Programa, dentre estes: o salário das visitadoras, necessidade de mais material informativo, e não ocorrer a troca constante de visitadora, dado que essa alteração no quadro da equipe prejudica o vínculo dos beneficiários com o Programa, e com o desenvolvimento das crianças. Ademais, os pontos negativos foram solicitação de implementação no Programa, ligada a mais benefícios por parte do governo, mais suporte para as visitadoras do Programa Criança Feliz, espaço no CRAS para recreação das crianças, cursos profissionalizantes para as mães, visitas mais frequentes, fornecimento de mais material recreativo (pintura) para as crianças. Outro ponto negativo elencado foi a visita sem hora marcada, o que mostra a incongruência com os resultados obtidos na Dimensão Confiança pertencente ao Bloco 2, dado que ao serem questionadas sobre as visitas às beneficiárias, unanimemente informaram que os agendamentos das visitas são quase sempre marcados com dias e horário fixo, organizados previamente e que podem ser flexibilizados conforme necessidade.

Os resultados demonstram que os pontos negativos relacionam-se com a gestão e financiamento do Programa, denotando a urgência da ampliação do PCF em relação aos recursos humanos, financeiros, materiais e estruturais para que as ações do Programa não sejam afetadas. Dentre as mudanças nas crianças das quais a família percebeu, as principais dizem respeito à questão da fala e da motricidade (principalmente caminhar), porém, as mães também relatam mudanças no comportamento das crianças, como: estar mais calmo, mais ativo e interagindo melhor, são resultados do Programa que estão em conformidade com seu objetivo, “Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância” (BRASIL, 2016).

Destaca-se a potencialidade do Programa na melhoria do vínculo entre os irmãos e mudanças no comportamento das crianças, através do aconselhamento e orientação às mães, que passaram a ter uma postura mais calma e tranquila rebatendo diretamente no desenvolvimento das crianças, visto que as famílias que possuem um temperamento mais calmo no tratamento, as crianças tem um desenvolvimento cerebral melhor e podem até mesmo diminuir os possíveis impactos negativos no desenvolvimento infantil. Além disso, conforme Young (2010), o cuidado no desenvolvimento infantil interfere na vida adulta, dado que as crianças que recebem um cuidado adequado, com relação à saúde, nutrição, estímulo em local protegido e educação, se tornam independentes e autossuficientes.

Em relação ao acompanhamento de gestantes, foi possível observar por meio dos resultados que o objetivo do PCF “Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais” está sendo desempenhado, conforme o relato das gestantes, as principais mudanças que perceberam após ingressar no Programa, é de que agora têm mais conhecimento sobre a gestação, mais suporte e sentem-se mais seguras em relação ao parto e aos cuidados com o bebê, bem como, perceberam um maior envolvimento do pai da criança.

Sobre as mudanças na sua comunidade (vizinhança, entorno, rua, bairro, vila), não souberam opinar a esse respeito, mostrando que o Programa não realiza atividades que englobam a comunidade, indicando a necessidade de ações que promovam a integração com a comunidade. Entretanto, salienta-se que as entrevistas ocorreram durante a pandemia da COVID-19, o que afetou as atividades do PCF em vista das recomendações realizadas pelo Ministério da Saúde, visando o isolamento social e o fim do contágio populacional.

Portanto, os resultados demonstraram a efetividade das visitas do PCF no trabalho desempenhado com as crianças e gestantes, principalmente no quesito fortalecimento de vínculos familiares, incentivando os pais a participarem mais, assim diminuindo a crença de que a mãe é a principal cuidadora dos filhos.

4.4 Bloco 4, Adesão ao Programa Criança Feliz

O último bloco de adesão ao Programa Criança Feliz, abordando as dimensões de participação em eventos promovidos pelo Programa Criança Feliz e experiência marcante relacionado ao Programa.

Quadro 4: Perguntas feitas na dimensão Adesão ao PCF

Dimensão	Perguntas
Adesão	<p>1.Com que frequência você participa dos eventos, oficinas e grupos promovidos pelo Programa CF?</p> <p>2.Você pode contar (comentar) uma experiência marcante tua no PCF?</p> <p>De 1 a 3:</p> <p>Que nota você daria para o PCF? _____</p> <p>Que nota você daria para ser visitador? _____</p>

A análise da dimensão Adesão é de grande relevância, uma vez que entre os princípios do PCF está a “Participação da sociedade civil por meio da mobilização comunitária e do controle social”, ou seja, promover espaços de socialização e mobilização comunitária para que as famílias da mesma comunidade desenvolvam laços de solidariedade, com trocas de experiência, de saberes entre os participantes. Entretanto, as respostas a esta dimensão foram altamente impactadas pela pandemia, devido ao Covid19, que promoveu o isolamento social e fez com que não fossem realizados eventos durante o ano de 2020.

Dessa forma, as 41 (53% do total) beneficiárias que participam do Programa Criança Feliz há um ano ou menos, responderam que não houve evento promovido pelo Programa. As 37 beneficiárias restantes relataram que costumavam participar dos eventos

promovidos pelo Programa, os principais eventos citados são para datas comemorativas como Natal, Dia da Criança, Páscoa e Dia das Mães.

As beneficiárias tiveram muita dificuldade em responder a solicitação de relatar uma experiência marcante, diferente das visitadoras, que tiveram relatos de experiências marcantes junto ao Programa. Em suma, as experiências marcantes relatadas pelas beneficiárias centraram-se na questão de verificar o real desenvolvimento da criança e receberem suporte no cuidado com a criança, fruto das ações das visitadoras e do Programa Criança Feliz.

Em termos das notas atribuídas à Dimensão Satisfação com o Programa Criança Feliz, verificou-se que 75 beneficiárias atribuíram a totalmente satisfeito (nota 3), duas beneficiárias apontaram indiferença (nota 2) e uma beneficiária não avaliou a dimensão. Mas em relação a Satisfação com os Resultados do Programas foram unânimes na atribuição da nota 3 “totalmente satisfeito”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os resultados do “Projeto de Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância” com o foco na percepção dos usuários do Programa, os resultados indicaram que de fato quem acessa ao Programa Criança Feliz (PCF) são as famílias que se encontram em vulnerabilidade social, bem como, demonstraram que as ações do PCF estão em conformidade com os objetivos estabelecidos no decreto nº 8.869/2016. Principalmente em relação ao desenvolvimento da criança, na colaboração no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos familiares, que conforme estudos demonstrados no Guia Prático de Matriciamento em Saúde Mental (2011), a influência dos pais pode exercer importante papel no comportamento da criança, podendo gerar ou não uma conduta violenta, dificuldades nas relações interpessoais e abuso de substâncias psicoativas.

Também já é conhecida a relação entre abuso sexual na infância e maior prevalência de depressão na vida adulta para ambos os sexos, assim como, o fraco suporte social, o baixo nível socioeconômico, entre outros, são fatos de risco para que a criança desenvolva algum transtorno mental (CHIAVERINI, 2011). E a potencialidade do Programa está na identificação desses fatores de risco, de maneira a atuar intersetorialmente para a mediação de acesso das famílias às políticas e serviços públicos em prol de um atendimento integral dos sujeitos.

Sendo assim, os resultados demonstram a efetividade e a relevância do Programa Criança Feliz no cumprimento de seus objetivos e princípios, todavia, salienta-se que, conforme Tenório (2011), a efetividade é a capacidade de atender as expectativas e as demandas da sociedade, o que denota a importância da ampliação dos recursos do Programa Criança Feliz, visto que os aspectos negativos pontuados são relacionados a gestão, pois as entrevistadas solicitaram ampliação dos recursos humanos, financeiros, materiais e estruturais. Além disso, é necessário a capacitação dos profissionais que realizam as visitas domiciliares, para que as(os) profissionais do Programa por meio de sua atuação identifique as demandas individuais e coletivas das comunidades, fazendo uma articulação com os serviços e com a gestão municipal para que ocorra a melhoria na condição de vida desses sujeitos, e não uma culpabilização pelas expressões da questão social.

Além disso, a capacitação dos profissionais interfere diretamente na atuação e desenvolvimento do PCF, o qual tem grande relevância no desenvolvimento das crianças nos seus primeiros anos de vida, visto que são essenciais, uma vez que nessa faixa etária é quando o cérebro se desenvolve rapidamente para construir as bases das habilidades cognitivas e de caráter necessárias para o sucesso na escola, saúde, carreira e na vida. Dessa forma, investir em educação na primeira infância é uma estratégia eficaz para reduzir os déficits, e diminuir a vulnerabilidade e os riscos sociais, são estratégias essenciais para o combate da pobreza, desemprego, criminalidade, exclusão social, baixa educação, entre outros (HECKMAN, 2014).

Dessa maneira, o estudo proporcionou, por meio dos objetivos específicos, analisar a efetividade do Programa Criança Feliz conforme a percepção dos usuários. Mediante aos resultados essa pesquisa torna-se relevante, em vista da importância do acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas e programas para que ocorra melhorias e ampliação em prol da qualidade de vida da população brasileira. Como limitações do presente estudo pode-se mencionar a pandemia, resultado do vírus COVID-19, o qual acabou gerando limitações quanto à efetivação das entrevistas, bem como, o funcionamento do Programa o qual teve que adequar suas atividades conforme o contexto pandêmico. Assim, sugere-se a realização de estudos futuros com enfoque quantitativo visando aprofundar a análise e o impacto do Programa Criança Feliz no desenvolvimento das crianças e no acompanhamento das famílias beneficiárias, em prol da efetivação de seus direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário: Programa Criança Feliz. **Cuidados para o Desenvolvimento da Criança: Manual de orientação às famílias**, 2012. Disponível em: <[Microsoft Word - 9 CASH_Care \(Manual\) PT_samuel \(portalidea.com.br\)](#)>. Acesso em: 10 out.2022.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. **Criança Feliz: guia para visita domiciliar**. – 2ª versão. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, 112 p., 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Participação do SUAS no Programa Criança Feliz**. Brasília, 2017

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília,DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 maio. 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. Institui o Programa Criança Feliz. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 out. 2016a. Seção 1, p. 2. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8869-5-outubro-2016-783706-norma-pe.html>> Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 mar. 2016b. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13257-8-marco-2016-782483-norma-pl.html>>. Acesso em: 11 maio 2022.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHRING, E.R. **Política Social no contexto da crise capitalista. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Disponível em: <<https://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2017/08/3.6-Pol%C3%ADtica-social-no-contexto-da-crise-capitalista-%E2%80%93-Elaine-Rossetti-Behring.pdf>>. Acesso em: 22 nov.2022.

BEHELAINÉ, Cinthia H. de O.; CKAGNAZAROFF, Ivan B. Por que as avaliações vão para a gaveta? Uma revisão teórica dos fatores relacionados ao uso dos resultados das avaliações de políticas públicas. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 2, p. 78-93, 2014.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais. In: CFESS; ABEPSS (Org). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009. p.575-592

CASTRO, J. A. de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea12.pdf>. Acesso em: 22 nov.2022.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. Métodos de pesquisa em administração. **Artmed Editora**: São Paulo, 2003.

CUNHA, Carla Giane Soares da. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento** – Edição n. 12, dez. 2018.

CHIAVERINI, D.H. (org). **Guia prático de matriciamento em saúde mental**. Brasília, DF: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011. 236 p.

Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_matriciamento_saudemental.pdf>. Acesso em: 19 dez.2022

FERNANDES, D.A. **A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.**2020. Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Itapina. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1639>>. Acesso em: 06 jan.2023

HECKMAN, J. J. **Investir no desenvolvimento na primeira infância: reduzir déficits, fortalecer a economia.** Meio Eletrônico. Estados Unidos, 2012. Disponível em: [https://heckmanequation.org/resource/investir-no\[1\]desenvolvimento-na-primeira-infancia-reduzir-deficits-fortalecer-a-economia/](https://heckmanequation.org/resource/investir-no[1]desenvolvimento-na-primeira-infancia-reduzir-deficits-fortalecer-a-economia/). Acesso em 25 nov.2022.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? Porto Alegre: **Textos & Contextos**, v. 11, n. 2, p. 301-308, ago./dez.2012.

MANGINI, F. N. R.; SILVA, A. A. Metodologias de planejamento e estudos prospectivos: contribuições para o Serviço Social. **Sociedade em debate**, Pelotas, v. 25, n. 1, p. 108-130, 2019

MEDEIROS, R.C. **O DISCURSO SOBRE A CRIANÇA FELIZ: O GOVERNO DA POPULAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA.** 2018. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação-Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22472>>. Acesso em: 06 jan.2023.

PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, V. A.; BERRY, L. L. **Servqual. Journal of retailing**, v. 64, n. 1, p. 12-40, 1988.

PEREZ, J.R.R., PASSONE, E.F. **POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES NO BRASIL.** Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010.

RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** São Paulo: IEE/Cortez, 2011.

SANTOS, I.S. et al. **Avaliação do Programa Criança Feliz: um estudo randomizado em 30 municípios brasileiros.** 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022712.13472022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/h7WtvjjnNzxbDssY6hQ4j6C/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 06 jan.2023.

SOARES, M.L.A. **O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NA PARAÍBA: limites e possibilidades.** 2021. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção de grau de

mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)-Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22997?locale=pt_BR>. Acesso em: 06 jan.2023.

SILVA, L.A. **OS PROGRAMAS PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR, CRIANÇA FELIZ E O SISTEMA NACIONAL DE INTERVENÇÃO PRECOCE PORTUGUÊS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS**. Dissertação (Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2021. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9612#:~:text=S%C3%A3o%20a%C3%A7%C3%B5es%20governamentais%20que%20encaminham,potentes%20ganhos%20para%20a%20sociedade.>>. Acesso em: 23 nov.2022

TENÓRIO, Fernando, G. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. 11ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. (p. 17-54)

TEIXEIRA, J. B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (p. 1-25)

YOUNG, M. E. **Do Desenvolvimento da Primeira Infância ao Desenvolvimento Humano: investindo no futuro de nossas crianças**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010.